

Francleudes Tavares Santos	04.08.2003
<b>Serviços Gerais</b>	
Mª Zulmar Barbosa da Costa	09.06.2003
Haidé Soares Moreira Santos	05.01.2004
Francisca Maria dos Santos	05.05.2003
Jonso Rodrigues dos Santos	22.01.2003
Mª da Cruz Alves Araújo Silva	07.04.2003
Lélia Alves Pereira	30.06.2003
Mª das Graças Jesus da Silva	14.07.2003
Mª José Neiva dos Santos	11.08.2003
Nely de Sousa Soeiro	13.10.2003
Petronília de Sousa Reis	21.07.2003
<b>Reprografia</b>	
Raimundo Nonato Cardoso	15.09.2003
<b>Copa</b>	
Carmelita Tavares Lima	07.07.2003
Iracema Alves Brito	20.10.2003
Ruth Virginio Veloso	23.04.2003
Valdeci Batista Coelho	15.09.2003
Jacimária Batista Coelho	15.09.2003
Ilma Ribeiro Silva	21.07.2003
<b>Transportes</b>	
Pedro Alcantara T. Oliveira	04.08.2003
Adão Batista N. Quixaba	19.03.2003
Edivan Ribeiro Alves	30.06.2003
Francisley Rosa de Medeiros	07.07.2003
Marco Antônio R. Benevides	08.09.2003
Vilmar Dias da Silva	1º.09.2003
Horlei Coelho Santana	02.01.2004
Messias José Goulart	05.05.2003
Joaquim de Oliveira Maciel Neto	03.11.2003
<b>Arquivo Permanente</b>	
Josefa Dias Gomes	02.01.2004
Marcos Antônio Peixoto Barros	08.07.2003
<b>Patrimônio</b>	
Ricardo Leandro	03.02.2003
Hamilton Farias Lima Júnior	10.01.2004
<b>Recepção das Promotorias</b>	
Maria Elisia Porto	07.07.2003
Maria José Goudinho	26.05.2003
Divina Aparecida de Fátima	13.11.2003
<b>Promotora de Justiça da Infância e Juventude</b>	
Creuza Barros de Sousa	1º.07.2003
Eliene Silva de Almeida	13.03.2003
<b>Fisioterapia</b>	
Paula Yara Spegiorin Leandro Melo	17.03.2003
Débora Cardoso Cavalcante	1º.12.2004
Sarah Gabriela Nóia Silva	07.07.2003
Enoque Barbosa de Sousa	02.06.2003
<b>Departamento de Controle Interno</b>	
Sérgio de Oliveira Santos	03.02 a 17.02.2003 e05.01 a 19.01.2004
Márcia Regina Dias	02.06 a 16.06.2003 e12.10 a 27.10.2003
<b>Secretarias Criminais no Fórum</b>	
Maria do Carmo Cota	10.03.2003
João Aires Martins	10.08.2003
Fabiana Oliveira dos Santos	30.06.2003
Valéria Santos Mota	30.06.2003
<b>Gabinete Dr. Célio Sousa Rocha</b>	
César Augusto Silva Moraes	1º.06.2003
Adelma Cunha Freire de Carvalho	15. a 29.05.2003 e 1º.08 a 15.08.2003
<b>Gabinete Dr.ª Vera Nilva Alvares Rocha</b>	
Adrina Joseien Rocha	17.01.2003

<b>Promotora de Justiça Criminal da Capital</b>	
Lúcia Vânia Castilho Trindade	02.01.2004
<b>1ª Promotora de Justiça Criminal da Capital</b>	
Elisandra Gomes Pimentel	1º.07.2003
<b>3ª Promotora de Justiça Criminal da Capital</b>	
Alderina Mendes da Silva	05.01 a 19.01.2004 e12.07 a 26.07.2004
Amílcar Benevides Bezerra Gerais	14.07 a 02.08.2003 e11.12 a 20.12.2003
Luciana Ollani Braga	05.01.2004
<b>2ª Promotora de Justiça da Cidadania da Capital</b>	
Cejane Márcia Aires Alves	15.07 a 29.07.2003 e15.01 a 29.01.2004
<b>Promotora de Justiça do Meio Ambiente</b>	
Maria Helena Bispo Varanda	06.01 a 20.01.2003 e20.08 a 05.09.2003
Israel Barros Lima	15.07.2003
<b>Promotora de Justiça da Família da Capital</b>	
Ciáudia Cecília Meinberg Ferraz	1º.07.2002
<b>Promotora de Justiça Eleitoral da Capital</b>	
José Maria de Sousa Maracaípe	04.08.2003
Raimundo Nonato Borges	03.07.2003
<b>2ª Promotora de Justiça do Consumidor da Capital</b>	
Luzenir Borges dos Anjos	16.06 a 30.06.2003 e16.12. a 30.12.2003
<b>Setor: ATMP</b>	
Fernanda da Silva Oliveira	1º.07.2003
Jorge Ricardo Pereira da Silva	1º.07.2003
<b>Promotora de Justiça de Guarai</b>	
Afonso Alves da Silva Júnior	05.01.2004
<b>Promotora de Justiça de Pedro Afonso</b>	
Viviane Porto Menezes	01.10.2003
<b>Promotora de Justiça de Figueirópolis</b>	
Mariluce Alves de Castro	04.08.2003
<b>Promotora de Justiça de Pium</b>	
Mário Gomes Araújo Júnior	05.01.2004
<b>Promotora de Justiça de Peixe</b>	
Maria Geraldina P. de Cerqueira	1º.07.2003

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO TOCANTINS, Palmas, 17 de  
dezembro de 2002.

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU  
Procurador-Geral de Justiça

#### ATA DA REUNIÃO SOLENE DE POSSE DO NOVO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA.

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dois, às dez horas, na sede da Procuradoria Geral de Justiça em Palmas/TO, realizou-se com fulcro no artigo 8º, XV do respectivo Regimento Interno, a sessão solene do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, para a posse do Dr. José Demóstenes de Abreu, ao cargo de Procurador Geral de Justiça, para o biênio 2002/2004, em razão da expiração do prazo do mandato anterior, o qual fara provido inicialmente pela Dra. Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa e, posteriormente, pelo Dr. Alcir Raineri Filho, em virtude do afastamento daquela que, assumiu o cargo de Desembargadora no Tribunal de Justiça do Tocantins.

No horário previsto, na presença de várias autoridades Municipais, Estaduais e Federais, dentre as quais, o Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz, Presidente do Egrégio Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e, a Dra. Marisa Terezinha Cauduro da Silva, Procuradora-Geral do Ministério Público Militar, bem como, de funcionários do Ministério Público e de repartições públicas estaduais e, ainda de amigos e familiares do Dr. José Demóstenes de Abreu e, vários integrantes da comunidade, o Dr. Alcir declarou aberta a sessão de posse. Em seguida, o orador do cerimonial do Ministério Público leu o termo de posse do novo Procurador Geral de Justiça que foi assinado pelo mesmo, havendo, logo após, pelo Dr. Alcir Raineri Filho a transmissão da respectiva faixa simbólica ao Dr. José Demóstenes de Abreu que, utilizou-se da palavra para, primeiramente, agradecer e enfatizar a educação e dedicação recebida de seus genitores e demais familiares, para após, reconhecendo os valorosos méritos da Dra. Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa que elevou a Instituição do Ministério Público frente a sociedade, promovendo a união da classe de Promotores e Procuradores de Justiça, fazer uma comparação entre as atribuições do Ministério Público de outrora e as diversas atribuições conquistadas pelo "Parquet" hodierno, mencionando que, na sua gestão que se inicia pretende promover, cada vez mais, a união dos integrantes da Instituição Ministerial e, priorizar políticas institucionais relativas a valorização da pessoa humana. Terminado o discurso pelo recém empossado, utilizou-se da oratória o Governador do Estado, José Wilson Siqueira Campos, o qual, preambularmente, ressaltou o seu profundo respeito e admiração pela Instituição do Ministério Público Tocantinense, inclusive, pelo fato de sua companheira, a Dra. Marilúcia Leandro Uchôa, ser integrante da respectiva carreira. Quanto ao empossado, procedeu elogios a respeito da personalidade do mesmo, o qual, reputou respeitador da sociedade e voltado para as questões da cidadania, virtudes essenciais para o fortalecimento do órgão ministerial e coesão dos seus integrantes. Ainda o Governador do Estado que, se fazia acompanhar pelo Governador eleito, Marcelo Miranda, pronunciando a sua despedida em decorrência da ultimação do seu mandato no Poder Executivo Estadual, solicitou à todos, vale dizer, membros do Ministério Público do Tocantins e futuro Governador do Estado para que implementem, em conjunto, políticas e ações voltadas para a infância, setor social este que, representando o futuro, no seu entender, merece toda atenção e cuidado nesta fase da existência, como condição de formação de cidadãos de bem. Por fim, expressou a sua preocupação com a necessidade de resolução de várias questões a nível federal, como por exemplo,

o problema da seca na região nordeste do país, e augurou, não sem antes deixar registrado os méritos da Dra. Jacqueline Adorno frente ao Ministério Público Estadual, muita sorte e equilíbrio ao novo Procurador Geral de Justiça. Encerrado o pronunciamento do Governador José Wilson Siqueira Campos, encerrou-se, outrossim, a solenidade, do que eu \_\_\_\_\_, secretária do colegiado, lavrei a presente ata que vai assinada por todos os integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça.

José Demóstenes de Abreu  
Vera Nilva Alvares Rocha

Leila da Costa Vilela Magalhães  
João Rodrigues Filho

Alcir Raineri Filho  
José Omar de Almeida Júnior

Angélica Barbosa da Silva  
Clenan Renaut de Melo Pereira

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO  
DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ANO  
DE DOIS MIL E DOIS.**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e dois, às catorze horas, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em Palmas/TO, realizou-se a segunda sessão extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, agora sob a presidência do Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador-Geral de Justiça empossado no último dia catorze deste mês. Verificando-se a presença dos Procuradores de Justiça, com exceção do Dr. Alcir Raineri Filho que, justificadamente fazia-se ausente, o presidente invocando a proteção de Deus declarou aberta a sessão, quando então, em virtude de consistir esta no primeiro ato da sua gestão, em conjunto com os demais Procuradores de Justiça, agradeceu o apoio de todos, mencionando que, a união dos integrantes do colegiado é questão fundamental para a administração ministerial a bom termo. Em seguida, justificou a necessidade da sessão extraordinária para tratar de assuntos relacionados com a eleição do novo Corregedor-Geral do Ministério Público, a que alude o § 5º do artigo 37 da Lei Complementar nº 12/96 em decorrência da vacância ocorrida com sua assunção ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Sugeriu, outrossim para que, o colegiado também deliberasse acerca da escolha, nos próximos dias deste mês, do membro do Conselho Superior do Ministério Público representante dos Procuradores de Justiça, bem como, do Coordenador dos Centros Integrados, tendo-se em vista que, os respectivos mandatos,

ambos providos pelo Dr. José Omar de Almeida Júnior, expirarem-se no dia nove de fevereiro de dois mil e três e que, em não havendo as respectivas eleições ainda neste mês, haverá a necessidade de uma convocação extraordinária de todos os Procuradores de Justiça, para tal finalidade, no mês de janeiro próximo vindouro, período este em que, a maioria encontrar-se-á no gozo de férias. Em discussão as matérias apresentadas, os integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça presentes na sessão, por unanimidade, deliberaram positivamente para a realização das três eleições referidas, fixando-se o dia dezoito do corrente mês, às nove horas, para o sufrágio respectivo em nova sessão extraordinária e, de conseguinte, estabeleceram que o prazo para as inscrições correspondentes expirar-se-á no dia dezessete deste, às dezoito horas. Considerando-se que, o prazo deste próximo mandato de Corregedor-Geral do Ministério Público ocorrido em razão da vacância, não encontrar-se totalmente exteme de dúvidas na lei, "ad cautelam", deliberaram outrossim que, o mesmo deverá ser de dois anos, ao mesmo tempo em que, sugeriram ao Procurador Geral de Justiça o envio à Assembléia Legislativa, em data futura, de um anteprojeto de lei propondo a alteração da redação do § 5º do artigo 37 da Lei Complementar nº 12/96 no sentido de, restar normatizado para, na eventualidade da ocorrência de nova vacância no curso do mandato do Corregedor Geral do Ministério Público, o Corregedor Geral Substituto poder assumir a função até o final daquele mandato, para somente após, realiza-se a eleição normal naquele órgão correicional. Ainda deliberaram no sentido de dispensar a nomeação de uma comissão especial para a preparação dos atos das eleições referentes aos Centros Integrados e ao Conselho Superior, ficando tais atribuições a cargo da secretária do colegiado. Ao final, o entendimento foi no sentido de todos saírem convocados para a mencionada sessão extraordinária do dia dezoito do corrente, delegando-se à secretária a expedição de ofício convocatório ao Dr. Alcir Raineri Filho, único ausente na sessão. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, do que para constar, eu \_\_\_\_\_ secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada vai assinada por todos os presentes.

José Demóstenes de Abreu  
Vera Nilva Alvares Rocha

Leila da Costa Vilela Magalhães  
João Rodrigues Filho

José Omar de Almeida Júnior  
Angélica Barbosa da Silva

Clenan Renaut de Melo Pereira

**ATA DA 87ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.**

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e dois, às 14hs30min, na sala de reuniões do gabinete do Procurador-Geral de Justiça, reuniram-se extraordinariamente os Membros do Conselho Superior do Ministério Público. Constatou-se a presença do Excelentíssimo Senhor Alcir Raineri Filho, Presidente, do Excelentíssimo Senhor João Rodrigues Filho, Secretário, do Excelentíssimo Senhor José Demóstenes de Abreu, membro, e do Excelentíssimo Senhor José Omar de Almeida Júnior, membro eleito. Verificada a presença de todos os membros do Colegiado, a Senhora Presidenta proferiu as seguintes palavras: "sob a proteção de Deus, e havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão". Iniciados os trabalhos, passou-se ao primeiro ponto da Pauta, que versa sobre o Juízo de Admissibilidade das inscrições para Promoção referente ao Edital nº 72/2002, de 05.11.2002, sendo admitida a inscrição do Doutor Mozart Martins. O Edital nº 78/2002, de 05.11.2002, foi admitida a inscrição da Doutora Clenda Lúcia Fernandes Siqueira. Os Editais de Promoção de nº 73/2002, ao cargo de Promotor de Justiça Cível de Tocantinópolis; Edital nº 74/2002, ao cargo de 2º Promotor de Justiça Criminal de Araguaína; Edital nº 75/2002, ao cargo de 3º Promotor de Justiça Criminal de Gurupi; Edital nº 76/2002, ao cargo de Promotor de Justiça Criminal de Guaraí; Edital nº 77/2002, ao cargo de Promotor de Justiça Criminal de Dianópolis; e Edital nº 79/2002, ao cargo de Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Araguaína, não houve inscritos para os referidos cargos. Verificada a inexistência de inscrições aos cargos acima mencionados, este Egrégio Conselho autorizou o Presidente baixar a publicação de novos Editais, com alternância dos critérios de provimento, bem como os Editais de Remoção da Promotoria Criminal de Tocantinópolis, 2ª Promotoria de Justiça Cível de Guaraí e Promotoria de Justiça de 2ª entrância de Arraias. Passando ao segundo ponto da pauta que versa sobre a leitura do voto dos autos 193/2000, referente ao Termo de Ajuste de Conduta do Inquérito Civil Público nº 01/96 – Encaminhando pelo Excelentíssimo Senhor Cantionilton Pereira da Silva, com a palavra o Conselheiro Alcir Raineri Filho, concluiu pela homologação e promoção de arquivamento, sendo acompanhada pelos demais conselheiros. Em seguida, procedeu-se a distribuição de quatro(04)feitos, da forma seguinte: Autos nº 205/2000 – Termo de Ajustamento de Conduta, Relator: Alcir Raineri Filho. Autos nº 391/2002 - Christyano Lucas Generoso, Relator: José Demóstenes de Abreu;